

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Governo destrava venda da Eletrobras](#) 4

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Conta de luz sem sobretaxa em janeiro.....	2
Título: Petrobras terá perdão de mais de R\$ 20 bi	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Governo destrava venda da Eletrobras	4
Título: Conta de luz virá sem taxa extra em janeiro.....	7
Título: CVM acusa ex-diretores da Petrobras por irregularidades.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: A redenção do setor de energia.....	9
Título: Conta de luz não terá taxa extra em janeiro.....	10
Título: Investidor estrangeiro injeta US\$ 50 bi em empresas brasileiras	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Ex-líder da PDVSA investigado	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento****Título: Conta de luz sem sobretaxa em janeiro**

Com condições favoráveis de geração de energia, bandeira tarifária será verde

Depois de três meses na classificação vermelha, em razão da estiagem no país, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou ontem que a bandeira tarifária para o mês de janeiro será verde. Isso significa que não haverá custo adicional na conta de luz para os consumidores. A última vez que isso ocorreu foi em junho.

A bandeira verde indica que a Aneel identificou "condições favoráveis de geração hidrelétrica no Sistema Interligado Nacional (SNI)". De acordo com essa análise, a agência decide mensalmente entre as bandeiras tarifárias verde, amarela ou vermelha. Esta última é subdividida nos patamares 1 e 2, de acordo com a gravidade da situação. Todos os estados brasileiros estão sujeitos a essa decisão, com exceção de Roraima, que não está integrada ao SNI.

Em janeiro deste ano, a bandeira tarifária também foi verde. Ou seja, ao todo, as condições para geração de energia foram consideradas favoráveis em apenas três meses ao longo do ano.

O sistema de bandeira tarifária foi criado em 2015, mas a metodologia foi modificada no último mês de outubro, em reunião pública da diretoria da Aneel. Pelo novo cálculo, quando a classificação é amarela, o consumidor paga uma taxa extra de R\$ 1 a cada 100 kWh consumidos. No caso da vermelha patamar 1, a taxa sobe para R\$ 3; no patamar 2, para R\$ 5.

O anúncio da bandeira verde é uma boa notícia para os consumidores. Na semana passada, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, já havia afirmado que de janeiro a abril de 2018 a sobretaxa na conta de luz seria menor. Na ocasião, ele estimava que poderia ser adotada a bandeira amarela, o que já significaria um alívio no bolso do brasileiro durante o verão.

CLIENTE DA ENEL PAGARÁ MAIS

Por outro lado, a data do reajuste das tarifas de clientes da Enel Distribuição Rio (a antiga Ampla) está se aproximando. No segmento residencial, a conta pode

ficar 18,13% mais cara. Já a proposta da Aneel para os consumidores industriais é de aumento de 17,28%.

Em consulta pública, a proposta da agência receberá sugestões até 4 de fevereiro. Uma reunião está prevista para acontecer em 18 de janeiro, em Niterói, para debater o assunto. O percentual final sairá apenas em março, quando a Enel faz seu reajuste anual.

Em todo o Brasil, os consumidores de energia vão pagar R\$ 16 bilhões em suas contas de luz de 2018 para custear subsídios e programas sociais do governo no setor elétrico. O orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal fundo do setor, foi aprovado este mês pela Aneel.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Bárbara Nascimento

Título: Petrobras terá perdão de mais de R\$ 20 bi

Isenções com regime de tributação do setor somam R\$ 17 bi em 2018.

O presidente Michel Temer, sancionou, com três vetos, a lei que amplia o Repetro, regime especial de tributação para empresas do setor petroleiro. Os trechos vetados limitam algumas isenções com o objetivo de evitar um impacto maior que o previsto no Orçamento de 2018, o que contrariaria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Mesmo assim, a lei que ampliou o prazo do Repetro até 2040, atendeu parcialmente a um pedido das petroleiras em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que incide sobre as plataformas afretadas no exterior antes de 2014. Com esse entendimento, a Petrobras será a empresa mais beneficiada. Segundo fontes próximas à estatal, a anistia seria da ordem de R\$ 21 bilhões referentes a multas discutidas em contencioso com a Receita Federal em razão de divergências quanto à aplicação do imposto.

Segundo Tiago Severini, especialista da área tributária do Vieira, Rezende Advogados, apesar de a medida beneficiar as petroleiras, ela foi positiva para o governo federal que corria o risco de perder as causas na Justiça. Procurada, a Petrobras não comentou a nova lei pois ainda avaliava seu impacto.

— O governo está abrindo mão hoje porque teria de pagar muito mais lá na frente. Na verdade não está abrindo mão, está garantindo receber uma parte que deixaria de receber — disse o advogado, que estima que, após o acordo, a Petrobras terá de pagar R\$ 10 bilhões à Receita.

Um dos trechos vetados por Temer se refere justamente aos contratos de afretamento de plataformas. O artigo vetado permitia que, depois que fossem quitados os débitos tributários referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de contratos de afretamento, a empresa teria remissão de outros três tributos. Caso o trecho não tivesse sido vetado, acarretaria numa renúncia extra de R\$ 15,22 bilhões, incompatível com as previsões orçamentárias do governo.

O Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), que reúne as principais petroleiras que atuam no país, afirmou que o veto reduz a eficácia da medida e diz que vai propor alternativas para que os valores possam ser revertidos em investimentos no setor.

Segundo dados do Ministério da Fazenda, o Repetro terá impacto nas contas públicas. Somente em 2018, a renúncia fiscal somará R\$ 17,03 bilhões. De acordo com integrantes da área econômica, o montante é afetado pela renegociação de dívidas prevista no novo regime (uma espécie de Refis). Somente essa renegociação resultará em perda de R\$ 11,14 bilhões para os cofres públicos no ano que vem. A renúncia fiscal de 2019 será de R\$ 6,82 bilhões e a de 2020, de R\$ 8,22 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Governo destrava venda da Eletrobras

O governo federal postergou a solução para a disputa do risco hidrológico –que, nos últimos anos, gerou uma briga bilionária no setor elétrico– e frustrou grande parte do setor, que dava como certa uma resolução para a disputa ainda neste ano.

A medida provisória que o mercado esperava que trouxesse uma resolução do problema foi publicada nesta sexta (29), mas sem mencionar o tema.

O texto se restringiu a medidas que abrem caminho para a privatização da Eletrobras -embora as medidas sejam apenas um primeiro passo para o processo, que ainda terá de enfrentar uma série de entraves.

O problema em torno do risco hidrológico começou em 2014, quando a seca passou a reduzir a capacidade de geração das hidrelétricas. Para honrar com os contratos assumidos, as usinas passaram a ter que comprar energia no mercado de curto prazo, a preços mais elevados.

A situação se agravou porque a ONS (órgão federal que controla a operação das usinas) passou a priorizar o acionamento de termelétricas, para preservar os reservatórios de água. Assim, mesmo que as usinas tivessem capacidade para operar, eram "impedidas" pelo governo.

A reação dos geradores foi acionar a Justiça: diversas associações conseguiram liminares que isentavam as usinas de arcar com esses custos, ou ao menos parte deles.

O resultado é um rombo de cerca de R\$ 5,61 bilhões na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), órgão onde ocorre a liquidação dos contratos de compra e venda de energia.

No dia 15 de dezembro, uma liminar da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) –a única que havia chegado ao STF– foi derrubada, o que abriu caminho para a publicação de uma Medida Provisória para resolver a questão.

Assim, após mais de dois anos de negociação, a expectativa do setor era que uma solução para o problema ocorresse ainda neste ano. A ideia seria oferecer uma prorrogação do contrato de concessão das usinas que, em troca, aceitariam a dívida e abririam mão das ações judiciais.

A Aneel (agência reguladora do setor), porém, se opõe fortemente ao plano, e defende que as geradoras arquem com os custos integralmente.

"A agência, enquanto órgão regulador, entende que os geradores são responsáveis pelo custo e não deve haver a prorrogação da concessão nem o repasse dos valores aos consumidores", afirma o presidente da Comerc, Cristopher Vlavianos.

TEMOR

A publicação da MP sem o tema frustrou o mercado, que vem sofrendo com a insegurança jurídica criada pelo impasse, diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

"Era dado como certo que haveria uma solução. Vejo com temor esse recuo do governo. Com esse nível de judicialização, há um risco de paralisação do setor."

Há ainda o temor em relação à saúde financeira das geradoras, segundo Vlavianos.

Recentemente, a única liminar a favor dos geradores que havia chegado ao STF foi suspensa, o que deverá obrigar todos os demais geradores inadimplentes a pagarem os débitos bilionários.

"É provável que não tenham recursos para aportar o valor, isso pode gerar um problema ainda maior. Se a concessão for prorrogada, ao menos haverá melhor condições de crédito para as empresas pagarem a dívida."

Segundo o **Ministério de Minas e Energia**, o tema ainda segue em discussão dentro do governo, mas foi retirado da MP para não travar o andamento da venda da Eletrobras.

Perguntado sobre o prazo para a resolução da disputa, o órgão, via sua assessoria de imprensa, afirmou apenas que estão previstos para o início de 2018 dois projetos de lei: um sobre o novo marco do setor elétrico –discutido em consultas públicas ao longo deste ano– e outro, que tratará da modelagem da privatização da Eletrobras.

ELETROBRAS

A MP deixou de solucionar o tema do risco hidrológico, mas trouxe medidas importantes para destravar a venda da estatal de energia.

Uma delas é a exclusão da Eletrobras do Programa Nacional de Desestatização - o que, na prática, permite que o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos, criado pelo governo Temer) siga com a modelagem da venda.

A medida é meramente processual, mas é importante por trazer segurança jurídica ao processo, afirma Fabiano Brito, sócio do escritório Mattos Filho.

A MP também dá condições para que as distribuidoras da estatal, que hoje acumulam dívidas bilionárias, possam receber créditos de fundos setoriais —o que poderá amenizar o problema do endividamento.

"São pequenas mudanças que, juntas, dão mais valor aos ativos", diz João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), porém, criticou o governo pela publicação das mudanças via medida provisória e afirmou que não colocará o texto em votação no plenário.

Segundo ele, o acordo com o Palácio do Planalto era que a elaboração das regras para a privatização da estatal de energia fosse feita em parceria com o Legislativo, com o envio de projetos de lei ao Congresso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Conta de luz virá sem taxa extra em janeiro**

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) definiu nesta sexta (29) que o consumidor brasileiro não pagará taxa extra na conta de luz em janeiro, devido às melhores condições para a geração de hidrelétricas no país.

Será a primeira vez desde junho que a taxa extra não é cobrada. O sistema, chamado de bandeiras tarifárias, tem por objetivo custear o uso de térmicas em períodos de poucas chuvas.

Em janeiro, será adotada a bandeira verde, que não tem custo. "O acionamento dessa cor indica condições favoráveis de geração hidrelétrica no Sistema Interligado Brasileiro", diz a Aneel.

Entre junho e dezembro, houve quatro meses de bandeira vermelha –dois no patamar 1, que tem um custo de R\$ 0,03 por quilowatt-hora (kWh) consumido, e dois no patamar dois, a R\$ 0,05 por kWh.

Em outros dois meses, vigorou a bandeira amarela, que acrescenta R\$ 0,01 por kWh consumido.

A expectativa da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE) é que o volume de chuvas em janeiro fique em torno de 90% da média histórica – dezembro deve fechar com uma taxa de 86%.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentra parte significativa da capacidade de armazenamento de água no país, o volume de chuvas deve chegar a 95% da média.

Com a melhora nas chuvas, a CCEE reduziu o preço para liquidação de contratos de energia na próxima semana em todos os subsistemas.

No Sudeste/Centro-Oeste, a queda foi de 20%, para R\$ 196,10 por megawatt-hora. No sul, foi de 19%, para R\$ 199,50. No Norte e no Nordeste, as reduções foram de 26% e 32%, respectivamente, para R\$ 182,49 e R\$ 168,14.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: CVM acusa ex-diretores da Petrobras por irregularidades**

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) acusa o ex-presidente da Petrobras e sete ex-diretores da estatal de irregularidades na contratação de três sondas de perfuração de poços petrolíferos.

Embora tenha presidido a Petrobras por sete anos, Gabrielli não é alvo de denúncias na Operação Lava Jato, que já levou à prisão três diretores de sua gestão, além de gerentes e gerentes executivos.

Toda a sua diretoria é alvo do processo da CVM, que envolve a contratação das sondas Petrobras 10.000, Vitória 10.000 e Pride DS-5, pivôs de denúncias de pagamento de propina na Operação Lava Jato.

O processo, que está à espera de defesa dos acusados, apura "eventuais irregularidades relacionadas à possível inobservância de deveres fiduciários" na contratação das unidades.

Isto é, o xerife do órgão regulador suspeita que os executivos não cumpriram seus deveres para com os acionistas da empresa ao aprovar as contratações, que depois viriam a ser focos de delações premiadas.

Em outubro, o juiz Sergio Moro condenou os lobistas Jorge Luz e Bruno Luz, além de três ex-executivos da Petrobras e dois do grupo Schahin, por corrupção e lavagem de dinheiro na contratação das sondas.

Os dois primeiros são apontados como operadores do MDB, que seria beneficiado pelo esquema.

Além de Gabrielli, são acusados no processo da CVM os ex-diretores Almir Barbassa, Guilherme Estrella, Ildo Sauer, Graça Foster, Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato Duque.

Os três últimos foram presos pela Operação Lava Jato. Atualmente, Cerveró e Costa cumprem suas penas em casa após assinarem acordo de colaboração premiada.

Os contratos das três sondas já foram cancelados pela estatal, depois que delatores confessaram o recebimento de propina.

A Folha ainda não conseguiu contato com os acusados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A redenção do setor de energia

No ano de 2017 o Brasil viveu a redenção do setor de energia. Se contratarmos um instituto de pesquisa para avaliar qual setor da economia foi mais dizimado pelo governo do PT, não temos dúvida de que o setor de energia vai liderar a pesquisa. A destruição não poupou ninguém, passou pela Petrobrás, pelo etanol e não deixou de fora o setor elétrico nem tampouco a Eletrobrás. Diante deste quadro, a atual equipe responsável pelo setor de energia, comandada pelo ministro Fernando Coelho Filho, promoveu uma verdadeira redenção do setor. No petróleo, a Lei da Partilha foi alterada, acabando com a obrigação da Petrobrás de ter um mínimo de 30% dos campos do pré-sal que vierem a ser leiloados, bem como de ser a operadora única. Agora, a empresa tem a preferência, e não a obrigação. Foi mudada a política de conteúdo local, reduzindo os percentuais de obrigação de compra no Brasil, pondo fim à política de reserva de mercado feita pelo PT e que trouxe prejuízos de todo tipo para o País.

Foi aprovado o Repetro, regime que de forma correta não tributa as empresas do setor petrolífero na fase de investimento. Esse conjunto de ações recuperou a credibilidade no Brasil e foi responsável pelo sucesso dos leilões realizados em 2017. No leilão do pós-sal o bônus de assinatura superou inteiramente as expectativas e nos dois leilões do pré-sal o excedente de óleo para a União atingiu percentuais acima dos 50%. E, para completar o êxito das políticas implantadas pelo governo Temer, tivemos a volta ao Brasil da Exxon-Mobil, que assumiu o compromisso nos dois leilões de investir bilhões de dólares. A Petrobrás também teve a sua redenção com a gestão Pedro Parente. A empresa passou a ser administrada com lógica empresarial baseada em cinco eixos: política de preços competitiva, plano de desinvestimentos, Capex e Opex eficientes e parcerias. Isso vai permitir reduzir a alavancagem financeira da empresa, bem como atingir em 2022 a produção de 3,5 milhões de barris/dia.

Nos biocombustíveis, finalmente, teremos uma política pública de longo prazo, com a aprovação pelo Congresso Nacional e sanção do presidente do Programa Renovabio. Tanto o setor de etanol como o do biodiesel vão poder, agora, fazer planos de investimentos, na medida em que passam a ter melhor previsão do crescimento do mercado, e o Brasil poderá aproveitar a sua vantagem comparativa de ser o maior player mundial na produção de biocombustíveis. No

setor elétrico a redenção também é uma realidade. Os leilões de energia de geração e transmissão conseguiram contratar neste ano quase R\$ 40 bilhões de investimentos com a iniciativa privada. Atenção: nesses leilões, foram zero os investimentos das estatais. Essa cifra traz uma perspectiva positiva para o setor, uma vez que com a crise o mercado consumidor regrediu ao patamar de 2014. Foram três anos perdidos em termos de mercado de energia. A concorrência acirrada e a expectativa de retomada da economia derrubaram os preços nos leilões de transmissão e geração.

Por exemplo, no leilão de geração A6, da semana passada, a fonte eólica foi contratada a R\$ 98 o MWh, desconto de 65% do preço-teto. Com isso, o Brasil entra no seleto grupo de países que contratam renováveis a menos de US\$ 40 o MWh. O leilão vai viabilizar 49 parques eólicos. Isso sem falar que pela primeira vez teremos uma térmica no Brasil usando gás do pré-sal fornecido pela Shell. A decisão de privatizar a Eletrobrás e suas distribuidoras foi a melhor e mais corajosa notícia do ano. A Eletrobrás registrou prejuízos superiores a R\$ 30,7 bilhões e viu seu patrimônio líquido cair 45,9%. Com uma gestão privada eficiente, a empresa não precisará do disputado Orçamento da União, que poderá destinar esses recursos às áreas de saúde, educação e segurança pública. Muita coisa resta a fazer. É bom não esquecer que o Brasil viveu um tsunami no setor de energia. A continuidade da atual política é fundamental para deixar definitivamente para trás os anos de trevas do PT.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Conta de luz não terá taxa extra em janeiro

Decisão da Aneel de manter bandeira verde no mês que vem terá impacto na inflação de janeiro, levando ao melhor mês da série histórica

Depois de três meses de bandeira vermelha, as contas de luz terão bandeira verde no mês de janeiro. Com isso, os consumidores não terão de pagar taxa adicional nas tarifas no próximo mês. A melhora deve reduzir entre 0,11 a 0,22 ponto porcentual o resultado da inflação de janeiro. O IPCA tende a ser o menor para o mês da série histórica, entre 0,16% e 0,34%, segundo economistas ouvidos pelo Projeções Broadcast. Em dezembro, a bandeira vermelha em seu primeiro patamar representou cobrança adicional da taxa de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Em outubro e novembro, a bandeira vermelha teve patamar 2, que acrescenta R\$ 5 nas contas nesta mesma proporção. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a

mudança da bandeira foi possível em razão do aumento das chuvas nas últimas semanas, que ajudaram a recuperar o nível dos reservatórios das hidrelétricas. “O acionamento dessa cor indica condições favoráveis de geração hidrelétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Mesmo com a bandeira verde, é importante manter as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício de energia elétrica”, informou a Aneel.

O sistema de bandeiras tarifárias leva em consideração o nível dos reservatórios das hidrelétricas e o preço da energia no mercado à vista (PLD). Essa metodologia está em audiência pública e pode ser alterada no início de 2018. No novo sistema, a bandeira verde continua sem taxa extra. Há ainda uma faixa intermediária, de bandeira amarela, com taxa extra de R\$ 1 a cada 100 kWh. Inflação. A inflação deve começar 2018 abaixo do padrão histórico, apesar das pressões sazonais do início do ano. A principal fonte de alívio no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve advir da energia elétrica. Com a conta de energia mais barata no primeiro mês de 2018, ganhou força a expectativa de que IPCA termine 2018 perto ou até abaixo do centro da meta do Banco Central (BC), de 4,5%. Além disso, os analistas acreditam que, mesmo que os produtos que fazem parte do grupo de alimentação e bebidas voltem a ficar mais caros no ano que vem, os preços devem continuar favoráveis ao controle da inflação no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Laguna

Título: Investidor estrangeiro injeta US\$ 50 bi em empresas brasileiras

Aquisições. Compra de participações de grupos internacionais em companhias nacionais subiu 12% no acumulado deste ano até novembro, após dois anos de crise; expectativa é de que investimento direto estrangeiro no País atinja US\$ 75 bilhões este ano

A compra de participações de empresas brasileiras por estrangeiros voltou a subir este ano, após dois anos de crise, e tem sido o principal motor por trás do crescimento dos investimentos internacionais no Brasil. Entre janeiro e novembro, mais de US\$ 50 bilhões entraram no País, valor 12% acima do total injetado nos 11 primeiros meses de 2016, segundo balanço das contas externas divulgado pelo Banco Central (BC). Já os empréstimos corporativos globais recuaram no mesmo período. Nos 11 meses deste ano, a concessão de crédito atingiu US\$ 14,386 bilhões, queda de 18,7% ante janeiro a novembro de 2016. Mas o saldo geral é positivo. A entrada direta de capital estrangeiro no País totalizou até novembro US\$ 65,035 bilhões, um crescimento de 3,4% sobre o mesmo período do ano passado. O maior apetite por parte dos investidores

internacionais reflete os preços mais baratos dos ativos brasileiros, por conta da recessão, as oportunidades de investimentos trazidas pelos leilões em infraestrutura e, principalmente, a perspectiva de recuperação da economia brasileira no longo prazo, de acordo com economistas ouvidos pelo Broadcast/Estadão.

A maior liquidez global também fez com que os investidores passassem a olhar negócios em países emergentes, trazendo mais recursos para o Brasil. A leitura do mercado é que os investimentos estrangeiros mostram hoje uma composição mais “benigna” do que foi no ano passado, quando também cresceram, mas em razão de empréstimos corporativos feitos entre empresas de um mesmo grupo econômico.

Energia puxa.

O resultado foi impulsionado pelo setor de serviços, o que mais tem atraído investimentos estrangeiros no País. No acumulado deste ano, 63% de todo investimento em participações feito no País foi para as empresas de serviços.

Só no setor de energia, que mais recebeu investimentos, desembarcaram mais de US\$ 12 bilhões, estimulado por grandes transações – entre elas, a compra por grupos internacionais de quatro usinas hidrelétricas que pertenciam à Cemig num valor total de R\$ 12,1 bilhões e a aquisição da CPFL pela chinesa State Grid. Os leilões de transmissão também atraíram capital estrangeiro. Em todo o ano passado, os investimentos estrangeiros em empresas de energia não passaram de US\$ 3 bilhões. No setor de transporte, com a transferência de aeroportos para a iniciativa privada, os investimentos chegaram a US\$ 4 bilhões entre janeiro e novembro, um salto de 620% em relação aos US\$ 555 milhões de igual período do ano passado. “Mesmo no período de crise, as empresas não perderam de vista que o Brasil tem um mercado muito grande e que pode servir de plataforma de exportação a mercados vizinhos em crescimento”, disse Adriana Dupita, economista do Santander.

“Quando você sai de um cenário de recessão, como foi nos últimos dois anos, para um quadro de recuperação, como começou a acontecer neste ano, os investidores têm mais motivos para redobrar as apostas.

Expectativa.

Nas projeções do Banco Central, o fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil, incluindo tanto os empréstimos corporativos quanto as compras de participações, deve terminar 2017 em US\$ 75 bilhões – até o mês passado somava US\$ 65 bilhões e deve alcançar US\$ 80 bilhões em 2018. A expectativa de crescimento moderado para 2018 reflete a cautela dos investidores por

conta das incertezas sobre as eleições do próximo ano. Para o economista Silvio Campos Neto, da Tendências, embora a injeção de recursos estrangeiros tenha mostrado reação, os investimentos seguem bem abaixo do padrão observado até 2014, quando passavam de US\$ 90 bilhões. “Não são números tão entusiasmantes. Para voltar a US\$ 90 bilhões ou US\$ 100 bilhões ao ano, será preciso aguardar pelo fim das eleições e por maior clareza sobre a política econômica do próximo governo.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor:

Título: Ex-líder da PDVSA investigado

A procuradoria venezuelana anunciou que abriu nova investigação contra Rafael Ramírez, ex-presidente da petroleira estatal PDVSA, por um suposto detrimento patrimonial de US\$ 4,8 bilhões. “Estamos investigando a vinculação direta do cidadão citado, como ex-presidente da PDVSA e ministro na época, no desenvolvimento deste novo esquema de corrupção”, disse o procurador-geral, Tarek William Saab, em declaração transmitida pela televisão pública. O caso está relacionado com uma subsidiária da PDVSA em Viena, criada em 2006 por iniciativa de Ramírez para fiscalizar as vendas de hidrocarbonetos, explicou Saab.

A subsidiária contratou uma empresa para assessorar a fixação de preços dos produtos comercializados, mas esta os estimava para baixo, a fim de favorecer clientes em troca de subornos, acrescentou. Os valores “foram modificados de maneira intencional para favorecer particulares e empresas que realizavam as transações de compra e venda do petróleo da PDVSA. Isso ocorreu com a anuência e a cumplicidade dos diretores desse escritório”, assegurou Saab.

O dano patrimonial entre 2009 e 2015 “se calcula em ao menos US\$ 4,8 bilhões”, embora “possa ser maior”, acrescentou o procurador-geral. Por meio do Twitter, Ramírez afirmou que as acusações são “falsas”. “As acusações não apenas são falsas, como denotam uma tremenda ignorância do tema. O escritório de Viena (sede da Organização dos Países Exportadores do Petróleo) foi estabelecido por nós para verificar os preços de venda do petróleo venezuelano. Esse escritório não vende petróleo”, escreveu. “O procurador-geral não sabe o que está falando, mente. Esse escritório de Viena não comercializa petróleo”, frisou.

Uma executiva da subsidiária foi detida, e foram emitidos mandatos de prisão contra outros três diretivos, incluindo o diretor, Bernard Mommer. É a segunda investigação que a procuradoria abre contra Ramírez, que foi presidente da

PDVSA entre 2004 e 2014 e era um dos homens de confiança do falecido ex-presidente Hugo Chávez (1999-2013). A outra está vinculada com o suposto desvio de centenas de milhões de dólares através de operações de intermediação de compra e venda de petróleo, segundo o Ministério Público.

MME / ASCOM .